

Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2022

Edital: 153/2022

Processo número: 5563/2022

Unidade requisitante: Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

Tipo de licitação: Menor preço

O Município de Pirassununga torna público para conhecimento dos interessados que na data, hora e local abaixo indicados fará realizar o PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2022, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório que dele resultar será regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Decretos Municipais nº 3.863/09 e 4.130/2010 e demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666/93, com suas alterações, e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO:

Os documentos referentes ao credenciamento e os envelopes contendo a "Proposta de Preços" e o "Documentos de Habilitação", serão recebidos pela Equipe de Apoio às 09:00 horas do dia 13 de janeiro de 2023, na Seção de Licitações, sito na Rua Galício Del Nero, 51, Centro (Paço Municipal).

Todas as informações que a Pregoeira julgar importantes serão disponibilizadas no site www.pirassununga.sp.gov.br no campo Licitações, razão pela qual as empresas interessadas deverão consultá-las.

DA VISITA

Não será exigida das licitantes visita técnica no Sistema de iluminação do Município, caso a empresa tenha interesse em conhecer os locais onde os serviços deverão ser executados, poderá agendar visita através do telefone (19) 3561-5711, com Engenheiro Haroldo P. Campos, no horário compreendido das 07:00hs as 11:00hs e das 13:00hs as 17:00hs e deverá ser executada pelo profissional responsável pela empresa interessada, desde que esteja devidamente credenciado, através de instrumento público ou particular de procuração. Serão expressamente proibidas visitas de um mesmo representante para mais de uma empresa. A não apresentação da credencial impossibilitará a realização da visita técnica. O não comparecimento ou falta de interesse do licitante na visita implicará em seu pleno conhecimento e total aceitação quanto as condições para a execução dos serviços, não podendo alegar qualquer ignorância e/ou desconhecimento. A empresa que realizar a visita técnica deverá apresentar o Atestado emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços no Envelope "A" - Documentos de Habilitação".

1 - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, MODERNIZAÇÃO, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E DESCARTE DE LÂMPADAS, DO PARQUE DE



Estado de São Paulo SECÃO DE LICITAÇÃO

ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA/SP, conforme especificações constantes no Termo de Referência anexo a este edital.

1.2. VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.378.673,98 (dois milhões, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos).

1.3. Integram este Edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I: Termo de Referência;

ANEXO II: Modelo de Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação;

ANEXO III: Formulário Proposta;

ANEXO IV: Modelo de Declaração de Inexistência de Fato impeditivo de Habilitação;

ANEXO V: Modelo de Declaração de não empregar menor;

ANEXO VI: Modelo de Declaração de ME ou EPP;

ANEXO VII: Modelo de Declaração para o caso de empresas em recuperação judicial;

ANEXO VIII: Modelo de Declaração para o caso de empresas em recuperação extrajudicial;

ANEXO IX: Minuta de Contrato;

2 – DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar do certame todos interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação e que preencherem as condições estabelecidas neste edital, inclusive quanto à documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.
- 2.2. A(s) licitante(s) arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
- 2.3. Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93, não será permitida nesta licitação a participação de empresas:
- 2.3.1. estrangeiras que não funcionam no País;
- 2.3.2. pertencentes ao ramo de atividade incompatível com o objeto desta licitação;
- 2.3.3. reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 2.3.4. suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações, bem como artigo 7º da Lei nº 10.520/02, de acordo com a Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, salvo se os motivos determinantes da punição tenham cessado ou se a empresa tenha sido reabilitada posteriormente perante a autoridade sancionadora, cessando assim a inidoneidade ou o impedimento (TCE/SP n. 12.705/989/18).
- 2.3.5. declaradas inidôneas pelo poder Público e não reabilitadas;
- 2.3.6. que possua em seu quadro diretivo ou societário, membro que integre esses quadros em outras sociedades contratadas pela Prefeitura do Município de Pirassununga/SP, para prestação de serviços de gerenciamento e fiscalização de compras ou outros cuja execução, concomitantemente, com a do objeto deste Edital, possa acarretar ofensa aos princípios que regem os atos administrativos.
- 2.3.8. com falência decretada ou concordatária, salvo se em recuperação judicial e, neste caso, deverá ser apresentado o plano de recuperação.
- 2.3.7. que não cumpram as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários.



Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

- 2.4. A Administração Pública inabilitará, desclassificará ou rescindirá o contrato, conforme for o caso e de acordo com a fase procedimental em que se encontre esta licitação, quando evidenciada a ocorrência de quaisquer fatos ou circunstâncias descritas nesta cláusula.
- 2.5. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 2.6. Serão concedidos os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e empresas de pequeno porte que comprovarem sua regular situação.

3 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. No dia, hora e local estipulados no preâmbulo deste edital, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, com poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.
- 3.2. O credenciamento far-se-á por procuração, através de instrumento público ou particular, em original ou cópia autenticada, devendo obrigatoriamente apresentar todos os dados de qualificação da outorgante, bem como do agente outorgado, acompanhada de cópia do instrumento que comprove ter o outorgante poderes para fazê-lo.
- 3.3. Sendo o representante sócio ou dirigente da empresa licitante, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo ato constitutivo ou documento no qual estejam expressos os seus poderes.
- 3.4. O documento de credenciamento deverá ser entregue juntamente à respectiva cédula de identidade ou documento equivalente, em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "HABILITAÇÃO".
- 3.5. Juntamente aos envelopes e documentos de credenciamento, a empresa licitante deverá entregar, em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "HABILITAÇÃO", Declaração de que atende todos os requisitos de habilitação previstos neste Edital, conforme Modelo do ANEXO II; e, ainda:
- 3.5.1. Em se tratando de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), deverá ser apresentada, ainda, uma Declaração (ANEXO VI), na qual a empresa licitante, sob as penas da Lei, declare que cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.6. A não apresentação do documento de credenciamento não será motivo para a desclassificação ou inabilitação da empresa licitante. Neste caso, o seu representante ficará apenas impedido de se manifestar e responder pela mesma durante os trabalhos.
- 3.7. Cada agente credenciado poderá representar apenas uma empresa.
- 3.8. A pessoa credenciada, por qualquer forma, deverá ter poderes específicos para:
- a.) manifestar-se em nome da proponente;
- b.) desistir da interposição de eventuais recursos; e/ou
- c.) assinar contrato
- 3.9. Os documentos exigidos para o credenciamento e para a habilitação deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por **Tabelião de Notas**.
- 3.9.1. Para toda e qualquer situação e/ou exigência deste edital, seja para fins de credenciamento, como para fase de lances e habilitação, a autenticação de cópia de documento só será dispensável:
- 3.9.1.1. Se for possível a comparação entre a cópia e a via original pelo servidor público municipal, nos termos da Lei Federal n. 13.726/2018.



Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

- 3.9.1.2. Se a autenticação for digital e, neste caso, se for possível a aferição do código de autenticação digital.
- 3.10. Serão aceitos documentos assinados digitalmente, quando for possível aferir a autenticidade da assinatura eletrônica através de consulta ao respectivo certificado digital, ou ao QR-Code (Quick- Response = resposta rápida) ou ao código de barras.
- 3.11. A licitante assume todos os riscos e responsabilidades advindos da indisponibilidade do sistema e da consequente impossibilidade de aferição de autenticidade de assinatura digital.
- 3.12. Salvo autorização expressa da Pregoeira, a ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará na preclusão do direito de ofertar lances verbais e de manifestar intenção de recorrer, assim como na aceitação tácita das decisões tomadas a respeito da licitação.
- 3.13. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, bem como aquelas descritas no artigo 299 do Código Penal e artigo 70, da Lei Federal n. 10.520/2002.
- 3.14. Os documentos de credenciamento, serão retidos pela Equipe de Pregão e juntados ao processo administrativo.

4 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A Proposta de Preços deverá vir acondicionada no Envelope nº 01 – PROPOSTA, devidamente lacrado, contendo os seguintes dizeres em sua na parte externa:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2022 ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA LICITANTE: (Nome da Empresa) DATA: 13/01/2023 - 09:00 horas

- 4.2. A proposta deverá ser preenchida em formulário próprio da licitante devendo constar as especificações do objeto conforme o Termo de Referência (Anexo I) de forma clara, descrevendo detalhadamente as características dos mesmos e também todas as demais informações constantes no Anexo III do edital. A proposta comercial deverá conter:
- 4.2.1. número do Pregão;
- 4.2.2. razão social e CNPJ;
- 4.2.3. endereço completo, telefone, endereço eletrônico e dados bancários;
- 4.2.4. descrição do(s) objeto(s) da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência ANEXO I deste Edital;
- 4.2.4.1. Validade da Proposta, nunca inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de apresentação da mesma, sendo que em caso de omissão será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de apresentação da mesma;
- **4.2.4.2.** Valor unitário e valor total, com duas casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverá estar incluído, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento dos objetos da presente licitação.
- 4.2.4.3. Catálogo técnico dos leds
- 4.3. A Proposta Comercial deverá estar datada e assinada por responsável pela empresa, contendo preferencialmente o carimbo da mesma.
- 4.4. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou outro pretexto.

Estado de São Paulo

SECÃO DE LICITAÇÃO

- 4.5. O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável até que se inicie a fase de lances.
- 4.6. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.7. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada neste Edital e quaisquer outras normas legais correlatas.
- 4.8. No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio.
- 4.9. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.
- 4.9.1. A escolha do critério de julgamento pelo menor preço global assegura a Administração a contratação mais vantajosa e menos onerosa, tendo em vista que há compatibilidade entre os itens licitados e ainda, as empresas do segmento similar ao objeto do certame que atuam no mercado possuem toda estrutura necessária para execução dos serviços, ensejando na racionalização dos trabalhos, eficiência, agilidade, qualidade, além da atribuição de responsabilidade total pelos serviços prestados.
- 4.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus ANEXOS, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, e, ainda, aquelas que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital, apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim definido pelo artigo 48, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, apresentem preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do valor praticado pelo mercado, apresentem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, exceto quando se referirem aos serviços, instalações e materiais de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie parcela ou a totalidade da remuneração, nos termos do artigo 44, § 3º da Lei nº 8.666/93, que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- 4.11. Uma vez apresentada a proposta financeira não será aceita sua retirada ou sua desistência, cabendo ao licitante a responsabilidade civil e penal pelo descritivo da proposta financeira que apresentar
- 4.11.1. O licitante que retirar ou desistir de sua proposta será punido na forma estabelecida pela cláusula 15.1, alíneas "f" e "g" deste edital.
- 4.12. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- 5.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão pública do Pregão, com o credenciamento dos licitantes e recebimento das Declarações, na forma prevista nos termos constantes do Capítulo III.
- 5.2. Em seguida, a Pregoeira efetuará a abertura do Envelope nº 01 PROPOSTA verificando se encontra-se esta em conformidade com as exigências do edital, e, ainda se o objeto cotado reproduz as especificações contidas no Termo de Referência – ANEXO I.
- 5.3. A Pregoeira desclassificará a(s) proposta(s) caso se verifique as situações constantes do item 4.10, e, classificará as propostas que participarão da fase de lances, sendo elas a de menor preço, bem como as com valor superior a esta última em até 10% (dez por cento), sendo respeitada a ordem crescente de classificação.



Estado de São Paulo SECÃO DE LICITAÇÃO

5.4. Não havendo, no mínimo, três propostas válidas nos termos do item acima, serão selecionadas até três melhores propostas e os seus autores convidados a participar dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços ofertados nas propostas escritas.

5.5. Em caso de empate das melhores propostas, todos os proponentes com o mesmo preço serão convidados a participar dos lances verbais.

6 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 6.1. A etapa de lances terá duração aproximada de 30 (trinta) minutos após seu início, podendo tal prazo ser reduzido ou prorrogado a critério do Pregoeiro.
- 6.2. Aberta a etapa de competitividade, os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- 6.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado.
- 6.4. A etapa de lances da sessão pública será encerrada quando todos os licitantes declinarem do direito de ofertarem lances.
- 6.5. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por item e os valores estimados para a licitação.
- 6.6. Havendo empate na proposta escrita e não sendo ofertados lances, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão.
- 6.7. Quando comparecer um único licitante ou houver uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira e sua equipe de apoio darão prosseguimento à sessão do pregão, avaliarão a aceitabilidade da proposta melhor classificada na etapa de lances, validando as informações relacionadas ao objeto nela informadas, desde que fique comprovado o atendimento às exigências constantes no Termo de Referência do Edital ANEXO I.
- 7.2. Caso, excepcionalmente, seja suspensa a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, o envelope que guardará os envelopes nº 02, devidamente rubricados pela Pregoeira e pelos licitantes, ficará sob a guarda da Pregoeira, sendo exibidos aos licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

8 – DO JULGAMENTO DA FASE DE PROPOSTA E DA NEGOCIAÇÃO.

- 8.1. Uma vez demonstrado pela licitante melhor classificada na etapa de lances o atendimento às exigências desta Administração, descritas no Termo de Referência ANEXO I, será a mesma declarada vencedora na fase de Proposta.
- 8.2. Se a proposta vencedora na etapa de lances não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação de cada licitante, até a apuração da proposta que atenda integralmente a este Edital, declarando-a então vencedora.
- 8.3. A Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora da etapa de Proposta para que seja obtido preço melhor.
- 8.4. Encerrada a fase de Proposta, passar-se-á, então, à abertura do Envelope nº 02 HABILITAÇÃO, da licitante vencedora, e a consequente avaliação de seu conteúdo.
- 8.5. Declarada vencedora, a licitante será intimada para que, no prazo de até 03 (três) dias úteis prorrogáveis por igual período por uma única vez e a critério da Administração, apresente a proposta de preços com os novos preços unitários para a contratação a partir do valor final obtido no certame.

Estado de São Paulo

SECÃO DE LICITAÇÃO

9 – DA HABILITAÇÃO

9.1. O envelope contendo a documentação habilitatória deverá constar em sua face externa o seguinte:

> PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2022 ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO **LICITANTE: (Nome da Empresa)** DATA: 13/01/2023 - 09:00 horas

- 9.2. Para fins de habilitação neste certame, a licitante detentora da melhor oferta, deverá apresentar os documentos a seguir relacionados, numerados, em cópias autenticadas, obedecido o disposto no art. 32 da Lei 8.666/93, aceitos, ainda, os documentos extraídos via internet, desde que possuam autenticidade certificada pelo Órgão emissor:
- a) Os documentos emitidos via internet são considerados originais, sendo que cópias dos mesmos sem a devida autenticação estarão condicionadas a verificação de sua validade e autenticidade junto ao site dos órgãos oficiais competentes;
- b) As cópias não autenticadas de certidões que não possam ser verificadas junto à internet, no site dos órgãos oficias emitentes, serão consideradas inválidas e ensejarão na inabilitação do licitante.
- c) Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a INABILITAÇÃO do licitante.

9.2.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- b.1) os documentos de que trata a alínea anterior, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização, para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de administração em exercício;
- 9.2.1.3. Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 9.2.1 não precisarão constar do Envelope "Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste

9.2.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual (relativo aos débitos inscritos na Dívida Ativa) e Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.



Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

- f) Para fins de aferição da regularidade fiscal e trabalhista serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da legislação vigente.
- 9.2.2.1. as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 9.2.2.2. havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, **será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis,** cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 9.2.2.3. a não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.2.3. Relativos à Qualificação Econômico - Financeira:

- 9.2.3.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou balanço de abertura para o caso de empresa recémconstituída, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 9.2.3.2. Entende-se por "último exercício social já exigível" aquele para o qual já se esgotou o prazo de apresentação do Balanço à Receita Federal.
- 9.2.3.3. O Balanço Patrimonial e as demonstrações Contábeis, bem como o Balanço de Abertura (para o caso de empresas recém-constituídas), deverão estar devidamente registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Registro competente da sede ou domicílio da licitante, assinados por Contador ou por outro profissional equivalente equiparado na forma de lei, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário do qual foram extraídos.
- 9.2.3.4. As empresas que utilizam a escrituração contábil digital deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado do último exercício social exigível, acompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento (relatório gerado pelo SPED), Recibo de Entrega do Livro Digital na Receita Federal.
- 9.2.3.5. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 (Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) não estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial.
- 9.2.3.6. Para comprovação de boa situação financeira da empresa licitante, esta deverá apresentar seus índices econômicos financeiros compatíveis com os discriminados abaixo, devidamente extraídos do balanço referido no item 9.2.3.1.
- 9.2.3.7. O balanço será aferido através dos seguintes índices:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG): reflete a solvência a curto e longo prazo

 $LG = \underbrace{AC + RLP}_{PC + ELP} > 1,00$

onde:

LG = Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo



Estado de São Paulo SECÃO DE LICITAÇÃO

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE: (LC): reflete a solvência a curto prazo. Demonstra o quanto a empresa possui de recursos próprios para saldar suas dívidas de curto prazo.

 $LC = \underline{AC} \ge 1,00$ PC

onde:

LC = Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

GRAU DE ENDIVIDAMENTO (GE): avalia o nível de endividamento da empresa comparando o total de recursos próprios com o capital de terceiros.

 $GE = \frac{PC + ELP}{AT} \le 0,50$

onde:

GE = Grau de Endividamento

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

9.2.3.8. Estarão habilitadas neste item somente as empresas que apresentarem resultado igual ou maior a 1 (um) no índice LC e LG e menor ou igual a 0,5 no índice GE.

- 9.2.3.9. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.2.3.9.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, referente a recuperação judicial e/ou extrajudicial, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor quando da assinatura do contrato;
- 9.2.3.10. A certidão referida no item 9.2.3.9, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente serão aceitas com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

9.2.4 Relativo à Qualificação Técnica:

- 9.2.4.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na Entidade Profissional Competente, dentro de seu prazo de validade;
- 9.2.4.1.1. No caso de a empresa licitante não ser registrada ou inscrita no CREA do Estado de São Paulo, deverá ser providenciado o respectivo visto deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.
- 9.2.4.1.2. Atestado(s) ou Certidão(ões) de Capacidade Operacional, fornecido (s) por pessoa(s) de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, nos termos da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no(s) qual(ais) se comprovem a execução de comprovando experiência nas parcelas de maior relevância descritas abaixo:
- Manutenção corretiva, preventiva e preditiva de iluminação pública e/ou privada mínimo de 50% dos pontos (6.840 pontos);
- Instalação de luminária led mínimo 50% das trocas (342 luminárias);
- Trabalhos próximos a linha viva de alta e média tensão seguindo todas as normas e padrões NR10 e NR10SEP;



Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

- Manutenção de iluminação de praças e parques;
- Serviços de poda de árvores próximas a rede elétrica;
- 9.2.4.2.1. Para fins de atendimento ao disposto nos itens 9.2.4.2, a licitante poderá apresentar um ou mais atestados referentes aos serviços compatíveis com o objeto licitado, desde que a comprovação das quantidades e prazos mínimos para os serviços, sejam atendidos no mesmo período, sendo admitida a soma de Contratos diferentes;
- 9.2.4.3. Comprovação de que possui profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela Entidade Profissional Competente, como responsável técnico (RT), na área de Engenharia Elétrica que esteja em seu quadro permanente na data de apresentação dos documentos de Habilitação e Proposta.
- 9.2.4.3.1 A comprovação do vínculo com a proponente pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, conforme Súmula 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 9.2.4.4. Originais ou cópias autenticadas de Certidões de Acervo Técnico (CAT's), emitidas pelo Conselho de fiscalização profissional competente em nome do responsável técnico que se responsabilizará pela execução dos serviços contratados e que faça parte do quadro da empresa licitante, nos termos das Súmulas nºs 23 e 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na data fixada para apresentação das propostas, de forma a comprovar experiência em serviços de mesmas características do objeto desta licitação e que façam explícita referência à:
 - Manutenção corretiva, preventiva e preditiva de iluminação
 - Instalação de luminária led;
 - Trabalhos próximos a linha viva de alta e média tensão seguindo todas as normas e padrões NR10 e NR10 SEP;
 - Manutenção de iluminação de praças e parques;
 - Serviços de poda de árvores próximas a rede elétrica
- 9.2.4.5. Indicação do aparelhamento necessário para perfeita execução do contrato, bem como relação de equipe de profissionais contendo no mínimo 02 (dois) eletricistas e 01 engenheiro elétrico com qualificação de Certificados NR10 (Trabalhos Próximo a Rede Energizada) NR11 (Operação de Caminhão Munck) NR12 (Máquinas e Equipamentos); NR35 (Trabalhos em Altura).
- 9.2.4.6. A comprovação a que se refere o subitem 9.2.4.5, pode se dar mediante apresentação de relação explícita e da declaração formal de sua disponibilidade.
- 9.2.4.7. Atestado de visita (se o caso);

9.2.5. Será exigida, ainda, a apresentação da seguinte documentação:

- a) declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame (ANEXO IV);
- b) declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993 (ANEXO V);
- c) Declaração Anexo VII (somente para o caso de empresas em recuperação judicial): está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;
- d) Declaração Anexo VIII (somente para o caso de empresas em recuperação extrajudicial): está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar



Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial;

- e) Declaração que se responsabiliza pela entrega do objeto, pela observância das especificações técnicas, pela qualidade do produto, materiais e pela promoção de readequações, esta última sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado, aceita e se submete às normas do presente edital, se responsabiliza pela qualidade e origem lícita do veículo e observa as normas relativas à saúde e segurança do trabalho;
- 9.3. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.
- 9.4. A Licitante estrangeira deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos as Licitantes brasileiras, no caso de ser considerada vencedora na etapa de Proposta.
- 9.5. A Licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas neste edital.
- 9.6 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.7. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas, com exceção da mencionada no item 9.2.3.1.

9.8. Constituem motivos para inabilitação da licitante:

- 9.8.1. a não apresentação da documentação exigida para habilitação;
- 9.8.2. a apresentação de documentos com prazo de validade vencido, ressalvados os casos que se enquadrem no item 9.2.2.1;
- 9.8.3. a apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscal referentes à filial, nos casos em que Matriz for a licitante, excetuados os casos previstos em Lei;
- 9.8.4 a apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscal referentes à matriz, nos casos em que a filial for a licitante;
- 9.8.5. a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
- 9.8.6. o não cumprimento de qualquer requisito exigido para fins de habilitação.
- 9.9. As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

10 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 10.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data final para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão.
- 10.2. A impugnação deverá ser protocolada junto a Seção de Licitação, do Município de Pirassununga.
- 10.2.1. O(a) subscritor(a) deverá comprovar ter poderes para Impugnar.
- 10.3. A Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidirá sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, disponibilizando neste mesmo prazo a resposta da impugnação na página Web da Prefeitura Municipal de Pirassununga, no endereço www.pirassununga.sp.gov.br, opção "Licitações", obrigando-se os interessados a consultá-la para obtenção das informações prestadas.
- 10.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, e, caso a alteração influencie diretamente nas propostas a serem apresentadas, será designada nova data para a realização do certame.



Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

- 10.5. Excepcionalmente, de forma motivada e justificada, e por motivos de força maior ou verificado o caso fortuito, poderá a Pregoeira decidir da Impugnação em prazo superior ao estipulado no subitem 10.3.
- 10.6. O não atendimento das formalidades contidas neste item implicará no não conhecimento da(s) impugnação(ões).

11 - DOS RECURSOS

- 11.1. Após ser declarado o vencedor do certame, serão os licitantes então indagados para manifestar a sua intenção de interpor recurso, devendo a manifestação ser feita de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões.
- 11.2. Aceita a intenção pela Pregoeira, deverá o interessado, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentar as razões recursais, mediante protocolo da petição, dentro do mesmo prazo, na Seção de Licitação da Prefeitura Municipal de Pirassununga, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo e forma, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 11.3. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.
- 11.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5. A decisão da Pregoeira deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pelo processo licitatório, se não aceito o recurso interposto.
- 11.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.
- 11.7. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.
- 11.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Licitação, localizada na Rua Galício Del Nero, nº 51, Centro, Pirassununga/SP (Paço Municipal), CEP 13.631-904, no horário de 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

12 – DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. Homologada a presente licitação, será o vencedor convocado para no prazo de 03 (três) dias úteis a comparecer para efetuar a competente assinatura do instrumento contratual, cuja minuta constitui anexo deste edital.
- 12.2. A convocação se dará por via postal com registro ou aviso de recebimento, *e-mail* ou por outra forma em que reste comprovado, de forma inequívoca, que o interessado a recebeu.
- 12.3. O prazo ora mencionado poderá ser prorrogado por igual período e a critério da Prefeitura Municipal, mediante provocação devidamente justificada da interessada, apenas uma única vez.
- 12.4. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato caracterizará o descumprimento total da contratação, sujeitando-a às penalidades deste Edital, sem prejuízo de outras legalmente estabelecidas.
- 12.5. O disposto na cláusula 12.4. não se aplica quando da recusa dos licitantes remanescentes.
- 12.6. Quando o Adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, serão convocados os demais licitantes na ordem de classificação,



Estado de São Paulo SECÃO DE LICITAÇÃO

para nova sessão pública de processamento do Pregão, visando a celebração da contratação, ou ainda, revogar a licitação.

- 12.7. A convocação das demais licitantes se dará conforme disposto na cláusula 12.2.
- 12.8. Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a **03 (três) dias úteis**, contados da divulgação da convocação.
- 12.9. Essa nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens anteriores e todo o conteúdo deste Edital.

12.10. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

- 12.11. Constituirão motivos para a rescisão contratual as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 12.12. No recebimento e aceitação do objeto serão observadas, no que couber, as disposições contidas nos artigos de 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 12.13. Não reconhece a Prefeitura quaisquer subcontratações por parte da contratada, cabendo a esta sempre e exclusivamente a integral responsabilidade pelas obrigações ora assumidas. (exceto quanto a subcontratação de Call Center).

13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

-Solicitação de Compra nº: 495/2022

• Nº do Órgão: 15.06; Categoria Econômica: 33.90.39.99 – Fonte 01 – Recurso Próprio

14 – DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Aquele que fizer declaração falsa, deixar de apresentar as condições de habilitação exigidas, atrapalhar ou retardar a execução do presente Pregão, recusar-se em assinar o Contrato, bem como recusar, injustificadamente, em entregar o objeto deste certame dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, ficará sujeito à:
- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Pirassununga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e contrato, bem como demais cominações legais
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93.
- 14.1.1. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão também ser aplicadas concomitantemente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da notificação.
- 14.2. As penalidades não excluem a responsabilidade civil ou criminal, caso a licitante vencedora incorra nas mesmas.
- 14.3. Se a licitante vencedora não observar o prazo fixado para a entrega das motos, ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) do valor total da contratação, enquanto perdurar atraso, até o limite de 10 (dez) dias. Ultrapassando este limite o pedido poderá ser rescindido, a critério do Município, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.



Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

- 14.4. Na hipótese de inadimplemento parcial da obrigação incorrerá a licitante vencedora em multa de até 15% (quinze por cento) do valor total da contratação, conforme critérios de razoabilidade, sendo que o valor será devidamente reajustado na data da aplicação da penalidade.
- 14.5. Na hipótese de inadimplemento total da obrigação incorrerá a licitante vencedora em multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da contratação, devidamente reajustado na data da aplicação da penalidade.
- 14.6. Se a Prefeitura tiver que ingressar em Juízo em consequência da contratação e/ou de suas partes integrantes, a Contratada, sem prejuízo da indenização e das sanções cabíveis, pagará os honorários advocatícios sucumbenciais fixados pelo judiciário na forma lei.
- 14.7. As penalidades e multas previstas não têm caráter compensatório, mas meramente punitivo e, consequentemente, o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas e/ou prejuízo que o seu ato venha acarretar.
- 14.8. As multas serão descontadas diretamente do pagamento, quando este for devido.
- 14.9. O pedido de prorrogação de prazos equivalente ao dia de atraso por justa causa ou força maior, só será recebido pela Administração se acompanhado das justificativas apresentadas.

15 – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, DAS OBRIGAÇÕES E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. As obrigações da empresa contratada e da municipalidade, vigência contratual, bem como as condições de execução do objeto estão encartadas no Termo de Referência — Anexo I e na minuta de contrato anexa a este edital.

16- DO PAGAMENTO

- 16.1 A liberação das parcelas ocorrerá conforme laudo de recebimento de cada relatório acompanhado da respectiva Nota Fiscal, devidamente assinada pelo Corpo Técnico do Setor de Engenharia Elétrica da Secretaria Municipal de Obras e Serviços, devendo a licitante vencedora observar o disposto na CAT 162 (nota fiscal eletrônica), da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob pena de não recebimento.
- 16.2. O pagamento será realizado 30 (trinta) dias após a entrega dos documentos mencionados no item 16.1, devidamente acompanhados pelos seguintes documentos:
- 16.2.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.
- 16.2.2 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS.
- 16.2.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 16.3. Nos casos de atraso no pagamento, imputável, exclusivamente, à Administração Pública Municipal, o(s) valor(es) da(s) parcela(s) atrasada(s) ficará(ão) sujeita(s) a correção monetária, devendo a contratada indicar o índice que melhor reflita a variação dos custos decorrentes da contratação.
- 16.4. Na hipótese de prorrogação da avença, extrapolando-se o prazo de 12 meses, no qual o reajuste é vedado nos termos da Lei 10.192/01, e caso tal prorrogação não decorra de culpa da Contratada, será admitido reajuste do preço pactuado, alcançando a data de apresentação da proposta, com base no índice IPC/FIPE *pro rata die* acumulado no período, o qual permanecerá fixo por mais doze meses.



Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

16.5. É admitido reajuste extraordinário, por índices de preços gerais, setoriais e ou que reflitam variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos, de conformidade com o permissivo contido nos artigos 2º e 3º, da Lei nº 10.192/2001.

17 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. Fica assegurado ao Município de Pirassununga o direito de, no interesse da Administração, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente Pregão, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.
- 17.2. Os envelopes das licitantes inabilitadas, que não forem retirados no prazo de 30 (trinta) dias, serão inutilizados.
- 17.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 17.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Pirassununga.
- 17.5. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Pregoeira poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que os inabilitaram ou desclassificaram.
- 17.6. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.E. de 18 de julho de 2002.
- 17.7. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Pirassununga/SP, com exclusão de qualquer outro.
- 17.8. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital, deverá ser encaminhado à Seção de Licitações da Prefeitura Municipal de Pirassununga, endereçado à Pregoeira do Município, até 02 (dois) dias úteis antes da realização do Pregão.
- 17.8.1. As respostas aos pedidos de esclarecimento serão disponibilizados na página Web da Prefeitura Municipal de Pirassununga, no endereço www.pirassununga.sp.gov.br, link "Licitações", obrigando-se os interessados a consultá-la para obtenção das informações prestadas.
- 17.9. À Pregoeira ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.
- 17.10. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.
- 17.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão.
- 17.12. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado proposta de preços.
- 17.13. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.14. O horário de atendimento ao público para protocolo de documentos será das 8:30 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 horas.



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

17.15. O Edital e seus anexos são disponibilizados aos interessados, a partir do dia 23 de dezembro de 2022, através do site http://www.pirassununga.sp.gov.br, no link: "Serviços" - "Licitações".

Pirassununga, 22 de dezembro de 2022.

Andressa C. Assunção do Ouro Resp. p/ Chefe da Seção de Licitação



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, MODERNIZAÇÃO, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E DESCARTE DE LÂMPADAS, DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA/SP.

1. Quantitativos:

Os pontos de iluminação estão divididos em Ruas e Avenidas, bem como praças, parques e canteiros no município de Pirassununga, conforme detalhado abaixo:

Quantidade de Pontos Instalados sem medição (ELEKTRO)				
Quantidade	11.896			
Quantidade de Pontos Instalados com medição (Praças, Parques,				
Canteiros)				
Quantidade	1.784			

Total de Pontos	13.680

Observação:

O material técnico com os relatórios técnicos com detalhamento das informações acima estará disponível para consulta dos interessados na Secretaria de Obras.

As quantidades de pontos de iluminação, extensão de redes e comandos poderão ser alteradas em decorrência de modificações e/ou acréscimos no sistema de iluminação pública pela própria CONTRATADA ou pela Prefeitura.

A empresa CONTRATADA deverá, antes de iniciar a execução dos serviços, apresentar à Fiscalização ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de direção técnica e execução para os trabalhos a serem realizados, através de profissional habilitado em engenharia elétrica.

2. Descrição dos Serviços Técnicos a serem contratados:

2.1 Manutenção do Sistema de Iluminação Pública:

Caberá a contratada a responsabilidade pelo funcionamento do Parque de iluminação pública do município, compreendendo manutenção corretiva e preventiva do mesmo, cumprindo as seguintes atribuições:

2.2 Operação e manutenção do Parque de Iluminação Pública do município:

A operação e manutenção têm por objetivo atingir o nível de qualidade e eficiência do sistema, conforme estabelecido em normatizações técnicas específicas, através de ações preventivas e corretivas com o fornecimento e aplicação dos materiais e equipamentos necessários.

Š

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

Consideram-se serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública, a reparação e/ou substituição dos seguintes elementos:

- a. Lâmpadas queimadas e ou quebradas;
- b. Difusores defeituosos ou quebrados;
- c. Luminárias em mau estado de conservação;
- d. Relés fotoelétricos com defeito;
- e. Base de relé fotoelétrico com defeito;
- f. Chaves magnéticas com defeito;
- g. Reatores com defeito, incluindo a realização de teste;
- h. Ignitores com defeito;
- i. Braços de luminárias em final de vida útil;
- j. Ferragens em vida de útil como parafusos, cintas, armações e outros;
- k. Fiação interna dos braços e postes;
- 1. Reaperto ou substituição de conectores;
- m. Limpeza da luminária;
- n. Substituição de Luminária de LED com defeito por outra;

Qualidade dos serviços de Intervenção na Rede de Iluminação Pública será medida de acordo com os seguintes itens de controle:

- Tempo de atendimento a notificação de 03 (três) pontos luminosos ou mais consecutivos apagados num mesmo logradouro: até 24h. (vinte e quatro horas).
- Tempo de atendimento a notificação de 02 (dois) pontos luminosos apagados num mesmo logradouro: até 48h. (quarenta e oito horas).
- Tempo de atendimento a notificação de 01 (um) ponto luminoso apagado num mesmo logradouro: até 72h. (setenta e duas horas).

Todos os materiais e equipamentos integrantes do parque e iluminação pública serão fornecidos pela CONTRATADA e deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, e ainda:

- a. Obedecer às normas vigentes, ou norma técnica oficial superveniente que a substitua;
- b. Possuir certificados junto ao INMETRO, PROCEL, ABNT e da concessionária local, quando se aplicar;
- c. Ser vistoriados pela Fiscalização da PREFEITURA antes de sua utilização;
- d. Obedecer às normas vigentes relacionadas ao objeto licitado;
- e. Obedecer às normas abaixo especificadas:
 - ABNT NBR 5101-Iluminação pública;
 - ABNT NBR 15129-Luminárias para iluminação pública;
 - ABNT NBR 60662-Lâmpadas vapor de sódio;
 - ABNT NBR 1167-Lâmpadas vapor metálico;
 - ABNT NBR 13593-Reatores e ignitores para lâmpadas;
 - ABNT NBR 5123-Relés fotoelétricos;
 - ABNT NBR 5426-Amostragem;
 - ABNT NBR 5427-Guia para Amostragem.



Estado de São Paulo SECÃO DE LICITAÇÃO

- f. Realizar, quando necessário, de acordo com a legislação ambiental, a poda de árvores que encontrar-se obstruindo e prejudicando a eficiência da Iluminação, devendo, quando se tratar de rede/ponto energizado acionar a respectiva concessionária;
- g. Realizar o descarte de materiais e/ou resíduos enquadrados na Lei de Crimes Ambientais Nº 9605 de 12/02/1998 e legislação complementar, tais como Lâmpadas de Descarga com envio à empresas licenciadas por órgão ambiental.

3. Índice de Falhas:

O índice de falha máximo permitido para o parque de iluminação pública após o segundo mês de contrato não deve ultrapassar o descrito abaixo na tabela, podendo a empresa ser penalizada caso não respeite as condições estabelecidas.

Índice de Falhas				
Item	Porcentagem Máxima			
Lâmpada Apagada a Noite	4%			
Lâmpada Acesa de Dia	6%			

O índice de qualidade será medido a partir do terceiro mês de contrato.

A apuração do índice de falha não será feita nos 10 (dez) dias que se sucederem a condições climáticas muito adversas como vendavais, enchentes, chuvas torrenciais e outras ações desta natureza, devidamente justificada por escrito pela CONTRATADA.

4. Equipe Técnica e Equipamentos

4.1 Equipe Técnica

Para a consecução dos serviços, caberá à CONTRATADA:

- a. Montar e organizar conjuntos de equipes de manutenção permanente, devidamente uniformizadas e identificadas, associada à identidade do MUNICÍPIO, de modo a evidenciar que a manutenção corretiva e preventiva do Parque de Iluminação Pública do MUNICÍPIO é realizada pela CONTRATADA a serviço do MUNICÍPIO, disponível 24hs:
- a. Manter controle físico do patrimônio de Iluminação Pública do MUNICÍPIO, atualizando seus dados cadastrais imediatamente após cada intervenção de qualquer natureza no parque;
- b. Realizar as intervenções necessárias nos pontos com defeitos, observados os prazos fixados:
- c. Interagir com o serviço de atendimento telefônico para permitir intervenções de emergência, observados os prazos fixados;
- d. Realizar rotinas de inspeção e verificação periódicas para o bom funcionamento do Parque de Iluminação Pública;
- e. Realizar a manutenção preventiva e corretiva, de acordo com as obrigações de resultado, quanto a:
 - garantia de funcionamento;
 - garantia do nível de iluminamento;
 - garantia de disponibilidade do Sistema;
 - garantia de excelência no aspecto visual e estético.

Estado de São Paulo SECÃO DE LICITAÇÃO

A Equipe Técnica responsável para a realização dos serviços deverá possuir Curso de capacitação Profissional referente à NR 10 — Instalações em Serviços de Eletricidade (Instalações das luminárias em rede energizada) e NR 35 — Trabalho em Altura (Instalação de luminárias e cabeamento em 7-9 metros de altura) e NR12 — Condução de Máquinas e Equipamentos.

A Equipe Técnica deverá conter profissional com formação em engenharia elétrica, registrado no CREA;

A manutenção do Parque de Iluminação pública deverá ser feita através de no mínimo 02 equipes especializadas em Iluminação Pública, composta de 02 (dois) ajudantes / motorista e 02 (dois) eletricistas especializados em rede energizada.

Os serviços de manutenção do sistema de iluminação pública deverão ser prestados de segundafeira a sábado, das 07hs às 23hs e aos domingos em caso de emergências, sendo uma equipe das 07h às 15h e outra das 15h às 23h.

4.2 Segurança do Trabalho

Deverão ser estabelecidos os requisitos técnicos mínimos de Segurança e Medicina do Trabalho, para a realização dos serviços.

A CONTRATADA se responsabilizará pelos exames médicos ocupacionais das equipes, conforme exigência do Ministério do Trabalho e Emprego – MTBE, através da Norma Regulamentadora NR-7.

A CONTRATADA deverá proceder aos seguintes treinamentos na ocasião da admissão do empregado e antes do início dos serviços:

- Noções gerais sobre acidentes e doenças do trabalho;
- Informações de medidas preventivas e de proteção, para os riscos inerentes à atividade a ser desenvolvida;
- Informação sobre os Equipamentos de Proteção Individual EPI. Na ocasião serão entregues todos os EPI's, adequados às atividades a serem desenvolvidas, com o devido registro através de Termo de Responsabilidade de entrega de EPI's, onde o empregado dará ciência do recebimento dos seus equipamentos.

4.3 Equipamentos

A CONTRATADA deverá manter sobre todos os equipamentos utilizados para execução dos serviços contratuais, rigoroso controle e monitoramento quanto à segurança e condições operacionais adequadas para o uso.

4.4 Veículos automotores:

Os veículos automotores utilizados para execução dos serviços contratuais deverão estar, quando for o caso, devidamente registrados e regularmente licenciados perante os órgãos de trânsito e atender as exigências técnicas da concessionária de energia.

De igual forma, os condutores desses veículos deverão ser regularmente habilitados perante os órgãos de trânsito, sendo detentores de Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida, adequada e compatível.

A contratada deverá dispor de no mínimo:

 Dois caminhões com cesto aéreo isolado com alcance mínimo de 12 metros, de acordo com as Normas NR35 e NR12.

Estado de São Paulo SECÃO DE LICITAÇÃO

 Um caminhão Munck de 3,5 toneladas, de acordo com as Normas NR35 e NR12. - Um veículo de passeio para suporte nas atividades gerenciais e de fiscalização.

4.5. Ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC):

- a. Ferramentas: Todo ferramental deverá estar em conformidade com as normas técnicas vigentes e as exigências da concessionária de energia elétrica;
- b. Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

Deverão ser adquiridos EPI's adequados a todas as atividades, bem como mantido um estoque mínimo, de forma a garantir a substituição imediata, quando necessário

A CONTRATADA deverá assegurar os EPI's objetivando neutralizar a ação de certos agentes que podem causar lesões ao trabalhador, conforme Norma Regulamentadora NR-06 e anexos, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTBE, tais como:

- Protetores para cabeça;
- Protetores para face;
- Protetores para os membros inferiores;
- Protetores para os membros superiores;
- Protetores contra queda com diferença de nível;
- c. Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC)

A CONTRATADA deverá providenciar todas as medidas de proteção coletiva necessárias, conforme Norma Regulamentadora e seus anexos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTBE, principalmente para serviços de:

- Instalações elétricas conforme disposto na NR-10
- Serviço em altura conforme disposto na NR-35
- Manuseio de máquinas e equipamentos conforme disposto na NR-12

5. Administração do serviço de iluminação pública do município:

A contratada deverá dispor de base operacional localizada em um raio máximo de 100KM do município, preferencialmente na própria cidade para almoxarifado dos materiais e desenvolvimento de todas as atividades administrativas.

Deverá dispor de um canal de atendimento com a prefeitura e munícipes para solicitações referentes a iluminação pública, através de linha 0800 (sem custos para o munícipe), sendo possível receber a ligação de todos os tipos de telefone, inclusive celular.

Também deverá dispor de um canal de atendimento via WhatsApp.

O atendimento deverá estar disponível todos os dias da semana (incluindo sábados, domingos e feriados) no horário compreendido entre 8h e 21h.

Todos os chamados deverão gerar número de protocolo para que o cliente possa acompanhar o andamento de seu pedido. A contratada deverá ainda dispor de todas as ferramentas administrativas bem como mobiliário para perfeita execução do contrato.

6. Modernização no sistema:

Nas substituições, a CONTRATADA ficará obrigada a modernizar o parque de iluminação pública com a substituição de lâmpadas Vapor de Sódio por luminárias LED com as especificações mínimas descritas neste subitem, observadas as exigências de iluminação para cada local.

Os locais da instalação serão definidos pela prefeitura municipal e deverá ser instalado de acordo com o cronograma físico financeiro. O pagamento será efetuado por medição, de acordo



Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

com a instalação das luminárias. A empresa contratada também ficará responsável por toda aprovação dos projetos de modernização perante a Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

As ações mínimas contidas neste Termo de Referência devem incluir a substituição dos pontos de iluminação de logradouros, como ruas e avenidas.

Também em cumprimento à NBR 5101 (2012), a CONTRATADA deve realizar a adequação das vias públicas do Município, de acordo com as necessidades de iluminação pública e as classificações das vias, e assim atender aos seguintes níveis de iluminância e uniformidade da iluminância e de luminância e uniformidade de luminância.

As luminárias deverão ter garantia mínima de 5 (cinco) anos e seguir a especificação detalhada abaixo:

- Construção mecânica robusta resistente a vibrações severas e ação do tempo e do vento, acabamento na cor (a escolher) em pintura eletrostática;
- IP-66 para o óptico módulo de LED;
- IP 67 para o driver;
- IP-54 para o compartimento do alojamento de equipamentos auxiliares;
- Sistema de fixação no braço com ajuste angular vertical não superior a 5° graus para cima ou 5° graus para baixo com relação ao solo e com entrada para tubo de Ø25,4mm à Ø60,3mm fixada através de 02 parafusos em aço inoxidável na parte superior e 01 na parte inferior para travamento;
- Sistema de dissipação térmica eficiente em conjunto com o modulo dissipador e placa
 LED proporcionando maior vida do sistema, expectativa de vida 50 000h;
- Led branco, testados de acordo com a IESNA LM80-08;
- Temperatura de cor entre 4.500K a 6000K (± 300K). BRANCA;
- Índice de reprodução de cor ≥ 70;
- Eficiência mínima do conjunto de 120 lumens/watts comprovados através de laudo fotométrico;
- Potência máxima do sistema 200 W (± 10%), com eficiência de 120/l/w;
- Lente ótica fabricada em PPMA com proteção UV;
- CLASSIFICAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE INTENSIDADE LONGITUDINAL E TRANSVERSAL; Tipo II MÉDIA: - Fontes de alimentação / driver dimerizável de 0-10V Analógico que deve atender caso necessário o sistema de tele gerenciamento;
- Alimentação entre 90 − 305 VAC;
- Frequência 50/60Hz;
- Classe I de isolação;
- Fator de potência mínimo (>0,95);
- Distorção harmônica total (THD) de corrente menor que <10%;
- DPS dispositivo de proteção contra surto de tensão 12KA para proteção contra descargas atmosféricas e manobras do sistema elétrico;

As Luminárias deverão estar certificadas conforme Portaria INMETRO nº 20, com todos os laudos acreditados pelo instituto. A contratada também será responsável pela aprovação dos projetos elétricos junto à Elektro. Os locais e as potências das luminárias serão definidos pelo Departamento de Obras e Infraestrutura da Prefeitura, respeitadas as quantidades previstas na planilha orçamentária. A empresa deverá apresentar o catálogo dos leds no envelope de proposta, comprovando as exigências descritas neste Termo.

Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

7. Serviços de Poda de Árvores em Rede Energizada de Média e Baixa Tensão:

A empresa Contratada deverá executar serviços de Poda de Árvores em Rede Energizada de Média Tensão (13.800V) e Baixa Tensão (380V), incluindo Trituração, Coleta e Destinação Final.

Os serviços poderão ser executados, inclusive aos sábados, domingos e feriados; as equipes serão composta por 1 motorista e 1 Eletricista Podador, equipados com EPI's, EPC's e Viatura com Cesto Aérea e demais equipamentos.

A prestação dos serviços em linha energizada inclui o fornecimento de todos os equipamentos, mão de obra, supervisão dos serviços, transporte e material que se fizerem necessários.

As equipes a disposição, executarão serviços de poda preventiva, corretiva e o que se fizer necessário para atendimento de toda a demanda da UFC.

A empresa vencedora não poderá terceirizar os serviços.

A poda deverá considerar uma distância mínima de 2,00 metros de qualquer vegetação para a rede elétrica.

Para a execução de qualquer tarefa com eficiência e segurança, no corte de árvores, abate, corte de troncos em toras, corte de galhos, com a utilização de moto-serras e outros equipamentos para corte e poda, deve-se seguir rigorosamente as recomendações técnicas e de segurança. Instruções de Segurança:

- A Somente pessoas autorizadas e devidamente treinadas é que devem executar os serviços de cortes e poda. Não operar o equipamento sem conhecimento para tal.
- A Sinalizar convenientemente o local de serviço mediante o uso de barreiras, cordões de isolamento e cones de sinalização.
- A O empregado que irá efetuar a poda de árvores, deverá estar utilizando os equipamentos de proteção individual adequado, os quais se constituem de: luvas, capacete, óculos de segurança ou capacete com protetor facial acoplado, cinturão de segurança ou ETR, protetor auricular e roupas adequadas.
- Antes do início dos serviços, deverá ser constatado a existência ou não de casas de marimbondos ou abelhas na árvore a ser podada. Caso da existência, além dos equipamentos de proteção o empregado deverá utilizar roupas protetoras contra tais insetos, extinguindo os mesmos através de fumaça ou inseticidas. Para utilização de inseticidas o empregado ainda deverá utilizar máscaras protetoras.
- A Cada ferramenta a ser utilizada no serviço, deverá ser içada por meio de corda em baldes de lona ou bolsa.
- A distância mínima de segurança para as redes de alta tensão é de 2,00 metros e 1,00 para a baixa tensão.
- Antes de cada intervenção, deverá ser comunicado o departamento de meio ambiente que emitirá laudo de permissão de poda

14 Valores:

O valor será pago mensalmente pelo número de pontos presentes no município de acordo com a recomendação da Cartilha de Iluminação Pública do Estado de São Paulo, bem como os demais serviços de acordo com cronograma físico financeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA Estado de São Paulo SEÇÃO DE LICITAÇÃO

	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	PREÇO UNIT (R\$)	QTDD / MÊS	QTDD / ANO	TOTAL ANUAL (R\$)	
1	Equipes Técnicas Especializadas em Manutenção do Sistema de Iluminação Pública, disponível 24hs, composta cada equipe com 01 Motorista/Operador e 01 Eletricista especializado em rede energizada, Caminhão com cesto aéreo duplo com isolamento, fornecimento de todos os materiais necessários em conformidade com as especificações descritas no Memorial Descritivo	Pontos	R\$ -	13.680	164.160	R\$ 0,00	
2	MODERNIZAÇÃO EM LED - Luminária Led Retangular para Poste de 10.800 até 13.530 LM, Eficiência Mínima 90 LM/W - Modernização Parque de IP com Luminárias Led de Acordo com Memorial Descritivo (5% do Parque Atual ao ano)	Und.	R\$ -		684	R\$ 0,00	
3	Projeto executivo elétrico para aprovação das modernizações junto a ELEKTRO	Und.	R\$ -		12	R\$ 0,00	
4	SERVIÇOS DE PODA - Serviços de Poda de Árvores em Rede Energizada de Média e Baixa Tensão	Horas	R\$ -	40	480	R\$ 0,00	
5	Sistema de Gestão da Iluminação Pública, incluindo atendimento via 0800 conforme Termo de Referência	Und	R\$ -	1	12	R\$ 0,00	
6	Transporte, Armazenamento e Descarte de lâmpadas com resíduos químicos e demais equipamentos retirados do sistema	Lâmpada s	R\$ -	6.566	78.797	R\$ 0,00	
				ТО	TAL GERAL	R\$ 0,00	



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

ANEXO II

DA	EMPRESA),	CNPJ	Nº		,	_ (NOME sediada
•	eço completo), decl ação através dos do		•			-
penalid	lades previstas no in	strumento co	onvocatório do	Pregão Presen	cial n ^o 19/202	22.
			,de		_de	
	Nom	e e assinatura	a do representa	ante legal da emp	oresa	



Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO III FORMULÁRIO PROPOSTA

Razão Social	:			
CNPJ:				
Endereço:	Fax:			
Tel	Fax:	·		
E-mail:				
CEP:	Cidade:		UF:	
Banco:	Cidade: Agência:	c/c:		
Dados do Re	epresentante legal da empresa	para assinatura	do contrato:	
Nome:				
Cargo:	idencial completo			
CPF:		RG		
Endereço res	idencial completo		CEP	
E-mail institu	ucional:			
E-mail pesso	al:			
Telefone(s):_				
ODJETO (DECA ECDECI		
	CONTRATAÇÃO DE EMP			
	VIÇOS DE MANUTEN			
	ZAÇÃO, TRANSPORTE,			
LÂMPADA	AS, DO PARQUE DE ILUN	MINAÇÃO PÚI	BLICA DO MU	NICÍPIO DE
PIRASSUN	IUNGA/SP, de acordo com as	s exigências cons	tantes do Termo	de Referência e
demais exigê	ncias contidas no edital.			
Item (Quantidade Descrição			
VALOR TO	TAL DA PROPOSTA: R\$		_().
- O prazo de	e validade da proposta de pre	cos é de 60 (sess	enta) dias corrid	os, contados da
	tura da licitação.	you c de oo (sess		00, 0011011000 000
	que estamos de pleno acordo co	om todas as condi	ções estabelecidas	no Edital e seus
	ue, o veículo/compactador oferta			
	em como aceitamos todas as obriga			
- Declaramos	que nos preços cotados estão inc	cluídas todas as de	spesas que, direta	ou indiretamente,
fazem parte d	o presente objeto, tais como impe	ostos, seguros, tax	as, ou quaisquer or	itros que possam
	gastos da empresa, sem quaisque		rtude de expectativ	va inflacionária e
	descontos eventualmente concedido			
- Caso nos se	eja adjudicado o objeto da licita	ção, comprometen	nos a assinar o c	ontrato no prazo
determinado n	o documento de convocação.			
		1	1	
_		de	de	·
	(assinatura e nome do represe	entante legal da er	npresa proponente	 e)



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

ANEXO IV

CNPJ	N°		, sediada	`		EMPRESA), (endereço
completo)_		, declara, sob as	s penas da lei, o	que inexiste	m fatc	os impeditivos
_	bilitação no process brigatoriedade de de			n° 19/2022	, estan	do ciente e de
		,	_de		de	<u>—</u> ·
	Nome e as	sinatura do repre	esentante legal o	la empresa		



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

ANEXO V

Nº	(NOME DA EMPRESA), CNPJ , sediada (endereço
completo)	, declara, sob as penas da lei, para fins habilitação no Pregão
Presencial nº 19	7/2022, bem como para atendimento ao disposto no inc. V do art. 27 da Lei
•	junho de 1993, acrescido pela lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não
1 0	le dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.
1 0	, 1
_	
	Nome e assinatura do representante legal da empresa



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

ANEXO VI

(Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte)

DECLARO, sob convocatório, que	as penas da le a empresa	i, sem pr	ejuízo das	sanções	e multas	previstas	no ato
	pessoa jurídica),					microempi	
	eno porte, nos term					0 0	-
	ossui quaisquer d	-	-		0 0	_	
_	i Complementar i						
Complementar n	° 147, de 7 de ag	gosto de 2	2014, cujos	termos d	declaro con	nhecer na í	ntegra,
estando apta, por	tanto, para particip	ar do deste	e procedim	ento licitat	tório.		
		, (de		de		
_							
-		. 1		1 11			
	Nome e assina	itura do re	presentante	legal da e	empresa		



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

ANEXO VII

(somente para o caso de empresas em recuperação judicial)

Declaro para os	devidos fins que a	empresa				
-						-
administrador fo processo e, ainda	apresentar cópia do r pessoa jurídica, o , declaração, relatório NTE está cumprindo o	nome ou docu	do profissional mento equivale	responsável nte do juízo	pela condução	do
		,	de		_de	
(-						
(a	ssinatura e nome do r	epresent	ante legal da em	ipresa propor	ienie)	



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

ANEXO VIII

(somente para o caso de empresas em recuperação extrajudicial)

Declaro para os devidos fins que CNPJ nº	-				-
do contrato deverá apresentar compolano de recuperação extrajudicial;	rovação do		_		
		de		de	
(assinatura e nome d	lo represent	tante legal da e	mpresa propon	ente)	



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

ANEXO IX

-	os devidos fins qu	-				
observância da de readequaçõe consecução do	s especificações téces, esta última semp objeto contratado, pela qualidade e orrabalho.	enicas, pela q re que detect e ainda, acei	ualidade do p adas impropri ta e se subme	roduto, materiai edades que poss te às normas do	s e pela pron am comprom presente edit	noção eter a tal, se
		,,	de		_de	
	(assinatura e nome	do representa	ante legal da e	mpresa propone	nte)	



Estado de São Paulo SECÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO XI

Solicitação:	/2022	
Processo Adm	 inistrativ	ro n° 5563/2021
Pregão Preser	ıcial n°	/2022
Contrato n°	/2022	

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

- do presente CONTRATAÇÃO DE **EMPRESA** 1.1. Constitui objeto ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MODERNIZAÇÃO, **PREVENTIVA** \mathbf{E} CORRETIVA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E DESCARTE DE LÂMPADAS, DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA/SP, de acordo com Termo de Referência e demais exigências contidas no edital do Pregão Presencial nº /2022, bem como descritas no Anexo Único deste instrumento contratual.
- 1.2. Não reconhece a Administração quaisquer subcontratações por parte da contratada, cabendo a esta sempre e exclusivamente a integral responsabilidade pelas obrigações ora assumidas.
- 1.3. Toda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste contrato, será exclusivamente da CONTRATADA.
- 1.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto deste contrato, limitados ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento), previsto na Lei Federal n.º 8.666/93.

1.5 – DA CAUCÃO

- 1.5.1. A empresa vencedora deverá fazer a prestação de garantia a Prefeitura Municipal de Pirassununga, nos termos do Art. 56 parágrafo 2º da Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, na importância de 5% (cinco por cento) calculados sobre o valor total do contrato, que deverá ser depositada em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, junto à Seção de Tesouraria da Prefeitura Municipal, cuja caução poderá ser realizada em dinheiro ou título de dívida pública, seguro garantia, ou fiança bancária.
- 1.5.2. Quando a caução a ser prestada pelo licitante for na forma de Título da Dívida Pública, este deverá observar os requisitos elencados no inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 56, da Lei de Licitações (com redação determinada pela Lei 11.079/2004), "caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes Ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em

A VA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda".

- 1.5.3. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, corrigido monetariamente (CDB).
- 1.5.4. Referida devolução deverá ser solicitada por escrito, aos cuidados da Seção de Tesouraria.
- 1.5.5. O primeiro pagamento só será liberado após efetuado o depósito da caução.
- 1.5.6. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. O regime de execução deste contrato é o de menor preço.
- 2.2 A contratada se obriga a executar os serviços objeto desta avença conforme previstos neste contrato e Termo de Referência do edital de licitação pelo preço contratado, transcrito no Anexo Único.

2.3 Atribui-se ao presente contrato o valor de R\$......

2.4 Fica expressamente estabelecido que, no preço referente à contratação está incluído todos os custos diretos, indiretos, benefícios da contratada, sem qualquer exceção, de modo que os referidos preços constituem a única remuneração à contratada pelo efetivo fornecimento do objeto, respondendo ainda a contratada por obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como por indenizações por acidente com elementos de sua equipe, bem como por eventuais acidentes ou incidentes que envolvam terceiros.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1 A liberação das parcelas ocorrerá conforme laudo de recebimento de cada relatório acompanhado da respectiva Nota Fiscal, devidamente assinada pelo Corpo Técnico do Setor de Engenharia Elétrica da Secretaria Municipal de Obras e Serviços, devendo a licitante vencedora observar o disposto na CAT 162 (nota fiscal eletrônica), da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob pena de não recebimento.
- 3.2. O pagamento será realizado 30 (trinta) dias após a entrega dos documentos mencionados no item 16.1, devidamente acompanhados pelos seguintes documentos:
- 3.2.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.
- 3.2.2 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS.
- 3.2.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 3.3. Nos casos de atraso no pagamento, imputável, exclusivamente, à Administração Pública Municipal, o(s) valor(es) da(s) parcela(s) atrasada(s) ficará(ão) sujeita(s) a correção monetária, devendo a contratada indicar o índice que melhor reflita a variação dos custos decorrentes da contratação.
- 3.4. Na hipótese de prorrogação da avença, extrapolando-se o prazo de 12 meses, no qual o reajuste é vedado nos termos da Lei 10.192/01, e caso tal prorrogação não decorra de culpa da Contratada, será admitido reajuste do preço pactuado, alcançando a data de apresentação da

Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

proposta, com base no índice IPC/FIPE *pro rata die* acumulado no período, o qual permanecerá fixo por mais doze meses.

3.5. É admitido reajuste extraordinário, por índices de preços gerais, setoriais e ou que reflitam variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos, de conformidade com o permissivo contido nos artigos 2º e 3º, da Lei nº 10.192/2001.

CLÁUSULA QUARTA – DO CRÉDITO POR ONDE CORRERÁ A DESPESA

- 4.1. As despesas decorrentes do contrato correrão à conta das dotações assim classificadas:
- 4.2. Em caso de alteração da rubrica orçamentária, durante a vigência contratual, poderá haver sua alteração, por meio de Decreto e/ou apostilamento, desde que devidamente autorizado pelo Chefe do Executivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO GESTOR DO CONTRATO

5.1 I	Fica no	meado	como	Gestor	do preser	nte Contrato	o(a)	Servide	or(a	.)		,]	RG
nº			,			CPF		n	·				
Carg	o				, lotado 1	na							
5.1.1	. No d	lesempe	nho de	e suas	atividades	é assegurad	o ao	gestor	do	contrato	o	direito	de
tranif:	10000	arfaita a	37.00110	ia da n	raganta Car	atrata am tad	00.00	tarmos	2 2	andiasas			

- verificar a perfeita execução do presente Contrato em todos os termos e condições.

 5.1.2. Em caso de alteração do Gestor do Contrato, durante a vigência contratual, poderá haver
- 5.1.2. Em caso de alteração do Gestor do Contrato, durante a vigência contratual, poderá haver sua alteração, por meio de Decreto e/ou apostilamento, desde que devidamente autorizado pelo Chefe do Executivo.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO DE VIGÊNCIA , CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 6.1. O prazo de vigência contratual será de 12(doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração, observadas as condições estabelecidas no artigo 57 da Lei nº 8.666/93.
- 6.1. Os serviços deverão ser executados conforme o descrito no Termo de Referência do Edital, obedecido o Termo de Início expedido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços.
- 6.1.1. Todas as ordens no decorrer da execução dos serviços deverão ser dadas expressamente pelo Senhor Secretário Municipal de Obras Serviços ou por seu preposto expressamente nomeado.
- **6.2.** O prazo para início dos serviços será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da expedição do respectivo Termo de Início pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços.
- 6.3. No recebimento e aceitação do objeto serão observadas, no que couber, as disposições contidas nos artigos de 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 6.4. Constatadas irregulares no objeto, o Corpo Técnico sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
- 6.5. Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Termo de Referência do Edital, determinando sua substituição/correção.
- 6.6. Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.
- 6.7. As irregularidades deverão ser sanadas pela contratada, no prazo máximo estipulado pelo Corpo Técnico da Administração, mantido o preço inicialmente ofertado.
- 6.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução dos serviços, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.
- 6.9. O recebimento não exime a Contratada de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança do objeto contratado.

Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Comunicar à unidade requisitante, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste edital.
- 7.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 7.3. Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias fornecimento dos objetos registrados e pagar os emolumentos prescritos em lei.
- 7.4. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas.
- 7.5. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 7.6. Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades.
- 7.7. Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas.
- 7.8. Indicar um preposto para as tratativas com o Gestor da presente contratação designado pela Administração.
- 7.9. Todas as despesas diretas, indiretas, funcionários em geral, combustível, alimentação, estadia, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato, sem qualquer exceção, que incidirem sobre o contrato ou sobre os serviços contratados, encargos sociais, fiscais e o que mais de direito, correrão por conta exclusiva da Contratada.
- 7.10. O transporte vertical e horizontal dos equipamentos e demais componentes para execução dos serviços, bem como dos trabalhadores da mesma, será de inteira responsabilidade da Contratada.
- 7.11. A Contratada responsabilizar-se-á civil e criminalmente, inclusive no que se refere a eventual dano, a quem quer que o sofra, por qualquer erro ou imperfeição na execução do objeto licitado.
- 7.12. Caberá à contratada a mão de obra a ser empregada na execução da obra, sendo que a mesma não terá vínculo algum com a Prefeitura Municipal, descabendo, por consequência, a imputação de obrigações trabalhistas à Municipalidade.
- 7.13. O fornecimento de transporte de material, pessoal, alimentação, hospedagem se necessário, combustível, encargos diretos e indiretos, etc., correrá por conta da Contratada;
- 7.14. A Contratada em benefício da segurança de seus subordinados e da população em geral deverá adotar todas as técnicas de segurança, inclusive sinalizações, no intuito de evitar acidentes e/ou prejuízos. A ocorrência de acidentes e/ou prejuízos será de exclusiva e inteira responsabilidade da empresa contratada.
- 7.15. A Contratada deverá assumir a inteira responsabilidade pela perfeita execução da obra que será executada aderindo plenamente aos termos do presente edital e do contrato resultante da presente licitação, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1. Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a presente aquisição.



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

- 8.2. Efetuar o pagamento à empresa vencedora no prazo estipulado neste edital.
- 8.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da licitação em desacordo com as especificações do Termo de Referência do edital.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES

- 9.1. Aquele que fizer declaração falsa, deixar de apresentar as condições de habilitação exigidas, atrapalhar ou retardar a execução do presente Pregão, recusar-se em assinar o Contrato, bem como recusar, injustificadamente, em entregar o objeto deste certame dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, ficará sujeito à:
- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Pirassununga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e contrato, bem como demais cominações legais
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93.
- 9.1.1. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão também ser aplicadas concomitantemente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da notificação.
- 9.2. As penalidades não excluem a responsabilidade civil ou criminal, caso a licitante vencedora incorra nas mesmas.
- 9.3. Se a licitante vencedora não observar o prazo fixado para a entrega das motos, ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) do valor total da contratação, enquanto perdurar atraso, até o limite de 10 (dez) dias. Ultrapassando este limite o pedido poderá ser rescindido, a critério do Município, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.4. Na hipótese de inadimplemento parcial da obrigação incorrerá a licitante vencedora em multa de até 15% (quinze por cento) do valor total da contratação, conforme critérios de razoabilidade, sendo que o valor será devidamente reajustado na data da aplicação da penalidade.
- 9.5. Na hipótese de inadimplemento total da obrigação incorrerá a licitante vencedora em multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da contratação, devidamente reajustado na data da aplicação da penalidade.
- 9.6. Se a Prefeitura tiver que ingressar em Juízo em consequência da contratação e/ou de suas partes integrantes, a Contratada, sem prejuízo da indenização e das sanções cabíveis, pagará os honorários advocatícios sucumbenciais fixados pelo judiciário na forma lei.
- 9.7. As penalidades e multas previstas não têm caráter compensatório, mas meramente punitivo e, consequentemente, o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas e/ou prejuízo que o seu ato venha acarretar.
- 9.8. As multas serão descontadas diretamente do pagamento, quando este for devido.
- 9.9. O pedido de prorrogação de prazos equivalente ao dia de atraso por justa causa ou força maior, só será recebido pela Administração se acompanhado das justificativas apresentadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

10.1. Constituem casos que possibilitam a rescisão contratual todas as condutas das partes que se adequarem aos motivos tipificados no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, bem como as ocorrências descritas no edital da licitação.



Estado de São Paulo SEÇÃO DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE

11.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em casos de rescisão administrativa, em face do regime jurídico deste contrato administrativo, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PARTES AO EDITAL E À PROPOSTA

12.1. As partes se vinculam ao contido no edital do **Pregão Presencial nº___/2022** e na proposta ofertada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA

13.1. A execução contratual e todas as ocorrências decorrentes desta avença são regidas pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Os casos omissos, não solucionáveis por essa norma, submetem-se aos preceitos de direito público em primeiro lugar, para depois sêlhes aplicar a teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Constatado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços, através de laudo, que os serviços encontram-se em desacordo com o Termo de Referência do Edital, após contraditório da contratada, o contrato poderá ser rescindido, independentemente da aplicação das sanções cabíveis
- 14.2. A fiscalização pela Contratante não exclui nem diminui a completa responsabilidade da Contratada por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.
- 14.3. O Município de Pirassununga se reserva ao direito de inspecionar os serviços quando da execução, podendo recusá-los ou solicitar substituições/correções, e ainda, se reserva ao direito de revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja inconveniência administrativa para sua aquisição e por razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. Obriga-se a Contratada a manter, durante todo o contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório.
- 15.2. Para as questões que se suscitarem entre as partes contratantes, e que não sejam resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Pirassununga para a solução judicial, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 15.3. E por estarem as partes justas e de pleno acordo no que se refere aos termos do presente contrato, firmam o mesmo em 02 (duas) vias de igual teor e validade, perante as testemunhas abaixo nomeadas.

	Pirassununga,	de	de	•
Contratante		Contratada	_	
Testemunhas:				



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO ÚNICO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, MODERNIZAÇÃO, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E DESCARTE DE LÂMPADAS, DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA/SP.

Item	Quantidade	Descrição	
Valor	Unit	Valor Total	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

ÓRGÃO OU ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Nome:	JOSE CARLOS MANTOVANI
Cargo:	PREFEITO MUNICIPAL

CPF:

Período de gestão: 18/01/2022 até 31/12/2024

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração de Atualização Cadastral" ora anexada (s).

Assinatura do responsável pelo preenchimento



Estado de São Paulo

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE:
CONTRATADO:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO:
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:
Estamos CIENTES de que:
o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico; - poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP; - além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil; - as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP — CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s); - é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
Damo-nos por NOTIFICADOS para:
- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o
direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.
LOCAL e DATA:
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:
Cargo:

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA Estado de São Paulo SEÇÃO DE LICITAÇÃO

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
Pela contratada:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Acompanhamento Processual
Nome:
Cargo: Procurador Geral
CPF:
Assinatura:
Tipo de ato sob sua responsabilidade: Processo Licitatório
Nome:
Cargo: Chefe da Seção de Licitação
CPF:
Assinatura:



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:
CNPJ N°:
CONTRATADA:
CNPJ N°:
CONTRATO N° (DE ORIGEM):
DATA DA ASSINATURA:/
VIGÊNCIA:/
OBJETO:
VALOR (R\$):
Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Leque os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-s no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal d Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.
LOCAL e DATA:
DD TOSÉ CADI OS MANTOVANI

Prefeito Municipal e-mail:



Estado de São Paulo **SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

CREDENCIAMENTO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Pregão Presencial nº 19//2022

Pe	elo presente, desi	gno o Sr		_, Portador do RG
		epresentante da empre		
abertura, exame,	, classificação, h	Sas. em tudo o que se fabilitação, interposição ica dos demais atos ine	de recursos, elabor	
			de	
	Nome e ass	inatura do representanto	e legal da empresa	
	rome e ass	matura do representante	e legal da empresa	